



»Entrevista | GILBERTO KASSAB | VICE NA CHAPA DE RONALDO CAIADO À PRESIDÊNCIA

Presidente do PSD avalia que ao disputar o Palácio do Planalto com candidatura “puro-sangue”, partido apresenta ao eleitorado, sobretudo, um projeto de país

“Chapa pura preserva a nossa identidade”

» VANILSON OLIVEIRA

A oficialização de Gilberto Kassab como candidato a vice de Ronaldo Caiado mostra que o PSD aposta em uma chapa presidencial “puro-sangue”, que pretende se apresentar para o eleitor como autêntica e representante de princípios — daí porque defende uma Reforma Administrativa para financiar programas sociais sem aumento da carga tributária, o combate intransigente à corrupção e um combate inclemente com as facções criminosas. Afirmou, ainda, que os dois reúnem condições de dialogar com um eleitorado mais amplo da centro-direita, tanto que, quando a campanha estiver na rua, crê no crescimento junto às pesquisas. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O PSD decidiu por uma chapa própria à Presidência. Por que o partido entendeu que este é o momento de disputar o Palácio do Planalto em vez de apoiar outro candidato?

O PSD não tem identidade com as outras candidaturas. O partido amadureceu, cresceu, e desde 2022 entendia que estava preparado para lançar um candidato. Tínhamos estrutura política e capilaridade. Naquele ano, não conseguimos levar uma candidatura até o final, mas, felizmente, neste ano, com o Ronaldo Caiado, conseguimos. A chapa pura preserva ainda mais a nossa identidade. O que li em alguns meios de comunicação é equivocado: nós não procuramos nenhum partido para fazer aliança.

E não procurou por quê? Não ficaria mais fortalecido?

No passado, os partidos tinham um ativo muito importante, que era o tempo de tevê e de rádio. Hoje, esse ativo não é tão relevante. O mais relevante, agora, é o candidato. São as propostas e a imagem do partido. Entendemos que a imagem do nosso partido, do nosso candidato e dos nossos líderes, possui uma sintonia importante com a sociedade que nos permite sair em chapa pura.

As pesquisas de intenção de voto mostram Lula e Flávio na frente. O que fazer para mudar esse quadro?

O passo agora é começar a campanha. Vale lembrar que, até pouco tempo atrás, o Caiado não era candidato, pois seu antigo partido negou a legenda. Ele veio para o PSD, passamos por um processo de decisão e, até um mês atrás, não havia estrutura de campanha. Agora que ela está sendo construída, teremos o momento de crescer.

O senhor acredita que há tempo de reverter esse cenário?

Não se trata de reverter, mas de construir, pois a candidatura está começando agora. E posso afirmar: Lula perde para o Caiado no segundo turno, mas ganha do Flávio no segundo turno.

O eleitor de direita, hoje, está dividido entre diferentes candidaturas. Por que o senhor acredita que a chapa Caiado-Kassab representa uma alternativa mais competitiva do que o projeto do bolsonarismo?

A chapa Caiado-Kassab é mais ampla. O Caiado tem uma história de relações com a direita moderada bastante consistente e coerente. Já a nossa história diz respeito a uma relação com o centro da política brasileira. Portanto, essa chapa

Ed Alves/CB/D.A Press



O PSD não tem identidade com as outras candidaturas. O partido amadureceu, cresceu. A chapa pura preserva ainda mais a nossa identidade. O que li em alguns meios de comunicação é equivocado: nós não procuramos nenhum partido para fazer aliança”

expressa efetivamente uma candidatura de centro-direita que atende a uma gama maior de eleitores, tendo uma chance maior de ser bem-sucedida.

Quais serão as principais bandeiras e pautas do senhor e de Caiado, além da segurança pública?

A maior demanda da sociedade, hoje, é por segurança e combate à corrupção, pois, infelizmente, não há nenhum combate atualmente. Felizmente, essas são as principais marcas do Caiado. Isso o ajudará muito na campanha, pois seu perfil e história atendem ao que a sociedade quer: um presidente que combata a corrupção, traga segurança e promova as reformas necessárias. Ele atenderá essa demanda melhor do que os outros porque os outros já ocuparam a Presidência, tanto o PL de Bolsonaro quanto o PT de Lula, e essas respostas não foram dadas.

Dependendo de quem chegar ao segundo turno, o PSD está disposto a conversar ou a apoiar?

Em 40 anos de vida pública, aprendi que, neste momento, devo falar apenas sobre o meu candidato, até porque acredito que ele chegará ao segundo turno.

O governo Lula destaca indicadores, como a redução do desemprego e o crescimento da economia. Na sua avaliação, quais são os erros da atual gestão?

Ninguém é contra programas sociais, nem eu, nem o Caiado. Mas o que precisamos, em primeiro lugar, é construir portas de saída. Em segundo lugar, o financiamento desses programas não pode vir do aumento da carga tributária, mas sim de uma Reforma Administrativa que faça sobrar recursos

para investir na infraestrutura e nos programas sociais.

Se o senhor tivesse que apontar três áreas em que o governo Lula falhou, quais seriam?

Primeiro, a segurança. Há 30 anos, a preocupação da sociedade aumenta e a segurança falha no que diz respeito às políticas públicas — tanto o governo Lula quanto os anteriores falharam. Segundo, o combate à corrupção, que não tem acontecido, desviando recursos da saúde e educação. Terceiro, a saúde. O Brasil tem o melhor sistema, o SUS, mas faltam recursos e melhor gestão. A tabela SUS não é atualizada há anos e os serviços não têm a qualidade desejável, sendo incompatíveis com o que foi idealizado para um modelo extraordinário.

A polarização entre petismo e bolsonarismo domina o cenário. Como a chapa Caiado-Kassab pretende romper essa lógica e convencer o eleitor de que existe uma terceira via?

Não é uma terceira via, é uma alternativa. Mais de 50% da população quer essa alternativa. É uma questão de comparação: o Caiado tem mais experiência do que o Flávio. E não tem nenhum problema na vida pessoal e em 40 anos de vida pública — nunca foi acusado de qualquer malfeito. Além disso, nos últimos anos, ele tornou-se o governador mais bem avaliado do país, com 88% de aprovação.

O senhor foi ministro no governo Dilma. Que experiência desse período traz para um eventual governo Caiado?

Tenho o privilégio de ter ocupado diversos cargos no Executivo: fui secretário de Planejamento em São Paulo, secretário de governo no

estado com o governador Tarcísio e, no plano federal, conduzi três pastas importantes: Comunicações, Cidades e Ciência e Tecnologia. Também tenho experiência no Parlamento como vereador, deputado estadual e federal, além de ter sido prefeito de São Paulo por sete anos. Todo esse currículo me permite ser uma peça importante para o presidente Caiado nas missões que ele determinar.

Existem críticas de que o PSD integra governos de diferentes orientações e seria um partido “pragmático”, sem identidade clara. Como responde a isso?

Somos um partido de centro e nossa identidade é clara e transparente — não somos fisiológicos. Somos um partido que defende o fim das emendas parlamentares, o voto distrital misto, a Reforma Administrativa e políticas de transparência. Qual outro partido tem a coragem de defender essas propostas? Isso nos diferencia dos demais.

Quais seriam as três primeiras medidas econômicas de um eventual governo Caiado-Kassab?

Eu não diria as três primeiras. O que o nosso candidato tem dito é que, no primeiro dia de governo, todas as medidas importantes serão apresentadas e encaminhadas ao Congresso.

A segurança pública é uma das bandeiras de Caiado. O que um governo do PSD faria de diferente em relação ao combate às facções?

Esse é outro ponto que diferencia o Caiado, porque ele já fez. Enfrentou o crime e melhorou a segurança em Goiás. Portanto, tem condições de assumir compromissos com a credibilidade de quem entregou resultados.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Trump inicia combate à lavagem de dinheiro do PCC nos EUA

A decisão de o governo Donald Trump classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas estrangeiras deixou de ser uma declaração política para se transformar em efetiva ação de Estado. As sanções anunciadas nesta semana pelo Departamento do Tesouro contra brasileiros e empresas acusados de integrar uma rede de lavagem de dinheiro ligada ao PCC representam um novo patamar na nova estratégia americana ao combate ao narcotráfico.

Ontem, foram sancionados os brasileiros Victor Henrique de Oliveira Shimada e Stella Stefanie Nunes Henrique de Oliveira, bem como as empresas Victory Trading Intermediação de Negócios Cobranças e Tecnologia Ltda; Pixwave Soluções de Pagamentos Ltda; Wave Construções Inteligentes Ltda; e Avenidas Flutuan-tes Unipessoal Lda (de Portugal) — todos acusados de movimentar de recursos provenientes do narcotráfico dentro do sistema financeiro americano.

Segundo o Tesouro dos Estados Unidos, Victor Shimada teria atuado como elo entre operadores do PCC na Flórida e traficantes internacionais, lavando mais de US\$ 30 milhões mediante o uso de criptomoedas. As sanções bloqueiam bens, proíbem transações financeiras e expõem instituições que eventualmente mantenham relações comerciais com os sancionados ao risco de punições secundárias.

A ação permanece circunscrita à jurisdição norte-americana e ao combate à lavagem de dinheiro no plano jurídico. Entretanto, seu significado político é muito maior. Ao classificar PCC e CV como organizações terroristas, Washington passa a utilizar contra o narcotráfico brasileiro instrumentos originalmente concebidos para o enfrentamento do terrorismo internacional: sanções financeiras, cooperação internacional de inteligência, compartilhamento de informações e bloqueio de ativos.

Esse é um novo paradigma para a relação entre EUA e Brasil na área de segurança pública. Essa mudança não é acidental. Trump construiu boa parte de sua política externa a partir da associação entre imigração ilegal, narcotráfico e segurança nacional. Seu governo já havia endurecido a política contra cartéis mexicanos e organizações criminosas transnacionais. Agora, essa lógica alcança as facções brasileiras, que há anos expandem sua atuação para Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Europa e Estados Unidos.

É a presença crescente dessas organizações em território norte-americano que fundamenta a narrativa de Washington, ao classificar a questão não apenas como um problema brasileiro, porém, como ameaça direta à segurança nacional dos EUA. Nesse aspecto, o secretário de Estado, Marco Rubio, desempenha papel estratégico. Conhecido por posições duras contra a esquerda latino-americana e defensor histórico do endurecimento das políticas de segurança, propõe que o combate ao crime organizado deve ser uma prioridade da política externa americana.

Ponto fraco

A interlocução de Rubio com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, e lideranças conservadoras brasileiras, desnuda a convergência ideológica em torno da pauta da segurança pública entre a Casa Branca e a oposição brasileira. Isso não significa coordenação institucional, até porque existe cooperação entre a Polícia Federal e as agências de segurança norte-americanas, mas em se tratando de terrorismo a agenda passa para a esfera da Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana.

A segurança pública está entre as principais preocupações da população brasileira. Pesquisas recentes mostram que aproximadamente 60% dos brasileiros concordam com a classificação de PCC e CV como organizações terroristas, embora rejeitem majoritariamente qualquer intervenção militar norte-americana direta no país. Também há divisão quanto à decisão dos EUA em si. A opinião pública apoia o endurecimento contra as facções, mas não abdica da soberania nacional.

Esse é o cenário que desafia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições. O governo brasileiro sustenta, com fundamento na legislação nacional, que PCC e CV não se enquadram na definição jurídica de terrorismo, pois atuam predominantemente por motivação econômica e não política, ideológica ou religiosa. Essa interpretação é consistente com a Lei Antiterrorismo brasileira e vem sendo reiterada pelas autoridades federais, mas tem alcance jurídico e não político-eleitoral.

Ao assumir protagonismo no combate às facções brasileiras, Trump desloca o debate para um ponto fraco do governo Lula: a percepção da população de que não há eficácia no enfrentamento do narcotráfico, que amplia seu controle territorial na maioria das cidades brasileiras. Ou seja, deixa o Palácio do Planalto numa posição defensiva.

Ao contrário do que acontece com “tarifaço”, visto como uma agressão à soberania nacional, as críticas de Lula à decisão norte-americana abrem espaço para que a oposição o acuse de não combater o PCC e o CV como deveria. A ação de Washington também ocorre num momento de reorganização da geopolítica na América do Sul, com a eleição de governos de direita parceiros de Trump, que também defendem medidas extremas contra a criminalidade.